
***FMU - Faculdades
Metropolitanas Unidas
Educaçionais Ltda.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
FMU - Faculdades Metropolitanas
Unidas Educacionais Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas Educacional Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas Educacional Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



FMU - Faculdades Metropolitanas
Unidas Educacionais Ltda.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

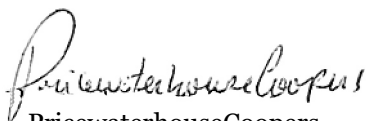
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de junho de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	34.337	14.215	Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	6.111	21.854
Caixa restrito	88	1.115	Fornecedores	22.830	25.245
Mensalidades a receber (Nota 8)	65.112	54.808	Salários e encargos sociais (Nota 20)	15.595	19.690
Despesas antecipadas (Nota 9)	1.101	1.568	Tributos a recolher (Nota 13)	1.577	1.316
Tributos a recuperar (Nota 10)	2.446	26.040	Recebimentos antecipados (Nota 21)	10.772	10.606
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.988	1.639	Partes relacionadas (Nota 14)		26.576
Adiantamentos (Nota 11)	4.348	1.336	Parcelamentos fiscais (Nota 22)	5.885	9.906
Partes relacionadas (Nota 14.2)		331	Arrendamentos (Nota 19)	49.272	30.680
Reembolso a receber de antigos proprietários (Nota 23.6)	35.378	34.019	Outras contas a pagar(Nota 14)	12.995	5.401
Outros créditos (Nota 12)	2.916	805			
	<u>147.714</u>	<u>135.876</u>		<u>125.037</u>	<u>151.274</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	48.889	-
Depósitos judiciais	1.359	1.974	Provisão para contingências (Nota 23)	162.224	174.629
Tributos a recuperar (Nota 10)	8.388	8.127	Partes relacionadas (Nota 14)		21.735
Mensalidades a receber (Nota 8)	4.892		Parcelamentos fiscais (Nota 22)	16.511	30.619
Ativos de indenização (Nota 23.4)	164.935	177.123	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 24.2)	230.774	164.500
Reembolso a receber de antigos proprietários (Nota 23.6)	77.580	74.529	Arrendamentos (Nota 19.1)	173.439	169.900
Ativo de contrato	1.275	1.687	Outras contas a pagar	42.149	
	<u>258.429</u>	<u>263.440</u>	Total do passivo não circulante	<u>673.986</u>	<u>561.383</u>
Imobilizado (Nota 15)	46.149	62.008	Total do passivo	<u>799.023</u>	<u>712.657</u>
Direito de uso (Nota 16)	161.723	174.708	Patrimônio líquido		
Intangível (Nota 17)	907.950	899.148	Capital social (Nota 25.1)	1.555.970	1.468.835
Total do ativo não circulante	<u>1.374.250</u>	<u>1.399.304</u>	Adiantamentos para futuro aumento de capital		64.635
			Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 25.2)	(41.000)	
			Prejuízos acumulados	(792.028)	(710.947)
			Total do patrimônio líquido	<u>722.942</u>	<u>822.523</u>
Total do ativo	<u>1.521.965</u>	<u>1.535.180</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.521.965</u>	<u>1.535.180</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita líquida dos serviços prestados (Nota 26)	350.586	369.754
Custo dos serviços prestados (Nota 27)	<u>(110.326)</u>	<u>(141.903)</u>
Lucro bruto	240.260	227.851
Despesas operacionais		
Despesas administrativas e com vendas (Nota 27)	(207.376)	(190.133)
Perda por redução ao valor recuperável (impairment) (Nota 15, 17 e 27)	(18.349)	(205.433)
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 27)	<u>1.520</u>	<u>(7.816)</u>
	(224.205)	(403.382)
(Prejuízo)/Lucro operacional antes do resultado financeiro	16.055	(175.531)
Resultado financeiro		
Despesas financeiras (Nota 28)	(33.634)	(64.636)
Receitas financeiras (Nota 28)	<u>2.772</u>	<u>8.004</u>
	(30.862)	(56.632)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(14.807)	(232.163)
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Diferido (Nota 24.3)	<u>(66.274)</u>	<u>(48.064)</u>
Prejuízo do exercício	(81.081)	(280.227)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	<u>(81.081)</u>	<u>(280.227)</u>
Outros resultados abrangentes	<u> </u>	<u> </u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(81.081)</u></u>	<u><u>(280.227)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamentos para futuro aumento de capital</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2019	1.468.835	31.204		(430.720)	1.069.319
Adiantamentos para futuro aumento de capital		33.431			33.431
Prejuízo do exercício				(280.227)	(280.227)
Em 31 de dezembro de 2020	1.468.835	64.635		(710.947)	822.523
Aumento de capital	87.135	(87.135)			
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 25.3)		22.500			22.500
Prejuízo do exercício				(81.081)	(81.081)
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 25.2)			(41.000)		(41.000)
Em 31 de dezembro de 2021	1.555.970		(41.000)	(792.028)	722.942

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(14.807)	(232.163)
Ajustes		
Depreciação e amortização	22.821	22.201
Depreciação direito de uso	28.580	37.469
Provisão (reversão) de contingências	(4.410)	924
Provisão (reversão) de ativos de indenização	12.188	(21.054)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	11.821	21.983
Perdas com ativo imobilizado e intangível	1.274	1.506
Perda por redução do valor recuperável (impairment)	17.722	205.433
Apropriação de custos de empréstimos e financiamentos	432	1.726
Juros empréstimos, arrendamentos, parcelamentos de impostos e partes relacionadas	25.164	31.861
Provisão (reversão) de atualização monetária das contingências	(1.435)	23.966
Amortização de ativo de contrato	1.259	1.058
Outros ajustes	(5)	257
	100.604	95.167
Variações nos ativos e passivos		
Caixa restrito	1.024	296
Mensalidades a receber	(27.017)	(12.901)
Despesas antecipadas	467	1.497
Adiantamentos	(3.012)	(977)
Partes relacionadas	(11.874)	2.254
Depósitos judiciais	768	(1.608)
Reembolso a receber de antigos proprietários	(4.410)	(408)
Fornecedores	(2.415)	3.666
Salários e encargos sociais	(4.095)	5.784
Tributos a recuperar	23.595	(4.402)
Parcelamentos fiscais	(19.900)	(10.552)
Recebimentos antecipados	166	(217)
Imposto de renda e contribuição a pagar	(349)	(47)
Contingências	(6.713)	(5.242)
Ativo de contrato	(847)	(1.477)
Outros ativos e passivos	20.697	5.502
	(33.915)	(18.832)
Caixa proveniente das atividades operacionais	66.689	76.335
Juros pagos	(23.651)	(27.411)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	43.038	48.924
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do ativo imobilizado (Nota 15)	(12.154)	(10.567)
Aquisições do ativo intangível (Nota 17)	(4.881)	(4.677)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(17.035)	(15.244)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamentos para futuro aumento de capital	22.500	33.431
Amortização de empréstimos (Nota 18.2)	(22.027)	(53.552)
Amortização de arrendamentos (Nota 19.2)	(25.251)	(19.926)
Captação de empréstimos e financiamentos	55.000	8.000
Captação de mútuos com partes relacionadas		1.019
Pagamento de mútuos com partes relacionadas	(36.104)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(5.882)	(31.028)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	20.121	2.653
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.215	11.562
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	34.337	14.215

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda. (“FMU” ou “Empresa”) é uma sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e tem por finalidade: (i) a criação e manutenção de estabelecimentos educacionais de ensino em todos os níveis e graus, incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrados, doutorados, extensão universitária, especializações, educação profissional de nível técnico, educação profissional de nível tecnológico, preparatório para concursos, programas educacionais à distância e realização de seminários, palestras e eventos culturais; (ii) o desenvolvimento de estudos e pesquisas em todos os níveis para cooperar com o progresso científico e tecnológico, buscando formar profissionais competentes e habilitados para contribuir ao desenvolvimento econômico, social, cultural e científico do país; (iii) a prestação de serviços consultivos à empresas afiliadas ou controladas; a locação e/ou sublocação de espaços físicos de seus campi; (iv) a edição, publicação e divulgação on-line de textos científicos e livros didáticos relacionados às pesquisas da Empresa, exceto naquilo que seja relacionado à atividade de empresa jornalística.

A FMU é composta por dois Centros Universitários localizados na cidade de São Paulo, a saber:

- Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas; e
- FIAM-FAAM Centro Universitário.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital circulante líquido da Empresa é positivo em R\$ 22.679 representando uma melhoria em relação ao ano anterior provocada pelos seguintes fatores:

- Aumento dos saldos das disponibilidades, caixa e recebíveis com operadora de cartão;
- Quitação dos saldos de partes relacionadas, conforme divulgado na nota 14;
- Compensação de tributos a recuperar nos saldos de parcelamentos;
- Quitação de saldos de empréstimos apresentados em 2020.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Empresa em 10 de junho de 2022.

1.1 Principais eventos ocorridos durante 2021

1.1.1 Pandemia COVID-19

Para o exercício de 2021, a FMU se manteve alinhada às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e às políticas adotadas pelas autoridades governamentais para garantir, a saúde, segurança e bem-estar dos stakeholders: estudantes, docentes, colaboradores, terceiros, seus familiares e a sociedade como um todo.

Durante o referido exercício, a FMU realizou as atividades teóricas de forma remota síncrona e as atividades práticas de forma presencial. Com isso, não houve impacto no calendário acadêmico do primeiro e do segundo semestres de 2021. Por fim, a FMU concluiu com êxito o ciclo de novas matrículas no primeiro e segundo semestres de 2021 e seus serviços de educação puderam permanecer dentro do cronograma.

Não obstante, a FMU tem executado seu plano de resposta à pandemia com resultados considerados positivos até o momento e segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação e orientações das autoridades em saúde e acompanha a evolução da vacinação, mantendo sempre seus stakeholders atualizados sobre possíveis novos impactos da COVID 19 e suas variantes aos negócios e resultados da Empresa.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1.3 Transação para aquisição das operações do Grupo Laureate

Em 2 de novembro de 2020, a Ânima Holding S.A. (“Ânima”) divulgou, através de fato relevante direcionado aos seus acionistas e interessados, os detalhes estruturais e financeiros da transação de aquisição do Grupo Laureate, bem como os detalhes da operação de venda de 100% da FMU ao fundo Farallon Capital Management L.L.C. (“Farallon”) concomitantemente e simultaneamente à compra dos ativos do Grupo Laureate Brasil pela Ânima.

A transação com a Ânima, e conseqüentemente a venda subsequente da FMU ao Farallon, foi concluída com êxito em 28 de maio de 2021, data de Fechamento da Transação, passando a Empresa a atuar de forma autônoma e independente do Grupo Laureate e Ânima Holding S.A.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico (exceto quando a rubrica exigiu um critério diferente) e ajustadas para refletir a mensuração de ativos e passivos ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

3 ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação das demonstrações financeiras, em consonância com as IFRS’s e CPC’s, requer que a Empresa utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores das demonstrações financeiras, bem como de suas divulgações. As estimativas e os julgamentos contábeis baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores importantes, incluindo expectativas de eventos futuros. Essas estimativas e premissas são revistas de forma contínua e suas eventuais alterações aplicadas e adotadas prospectivamente.

Os principais julgamentos e premissas utilizados nas estimativas da Empresa, que apresentam um risco significativo, estão contemplados a seguir:

3.1 Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio

Anualmente, a Empresa testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio utilizando as estimativas futuras de médio e longo prazo trazidas a valor presente, fazendo uso das estimativas abaixo:

- a) **Taxa de desconto** – É utilizada a taxa Custo Médio Ponderado do Capital (“WACC”), taxa está compatível com o mercado e que reflete a expectativa de retorno dos investidores no momento em que o cálculo é elaborado.

b) Fluxo de caixa esperado – Projeção das entradas e saídas de caixa, considerando o desempenho passado, expectativas de desenvolvimento do negócio e ganhos de eficiência planejados.

c) Taxas de crescimento – As taxas de crescimento foram refletidas no fluxo de receita orçado pela Empresa no planejamento estratégico de médio e longo prazo.

3.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos nas demonstrações financeiras na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para a sua compensação. A administração avalia a realização dos créditos diferidos com base em projeções de resultados que são afetadas por premissas que podem sofrer alterações significativas. As alíquotas definidas atualmente para determinação desses impostos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3.3 Contingências

A Empresa participa em ações judiciais e provisiona perdas prováveis relacionadas a estes processos com base na opinião de seus assessores jurídicos e premissas apresentadas, as quais podem sofrer alterações em decorrência de mudanças nos fatos e circunstâncias que basearam as avaliações dos assessores jurídicos.

3.4 Taxa de arrendamentos

A Empresa utiliza taxa Brasil livre de riscos ajustada pelas taxas incrementais sobre empréstimos da Empresa, e também o spread de quanto a Empresa pagaria em dívidas semelhantes nos mesmos prazos, para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos cujas taxas implícitas não podem ser determinadas imediatamente. Essas taxas levam em conta a taxa livre de risco e o prêmio de risco de crédito da Empresa, ajustadas para refletir ainda as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, e o prazo e a data de início de cada contrato.

3.5 Perdas de crédito esperadas relativas a contas a receber

A Empresa avalia prospectivamente as perdas de crédito esperadas relativas às suas contas a receber. A metodologia de redução ao valor recuperável aplicada depende da ocorrência de aumento significativo do risco de crédito.

Conforme mencionado nas notas 4.3.3, 4.4 e 5.1.2, a Empresa aplica a abordagem simplificada permitida pela norma IFRS 9 para mensalidades a receber de alunos, que requer que as perdas esperadas ao longo de todo o período sejam reconhecidas no reconhecimento inicial das contas a receber. Normalmente, na prática, são contabilizadas pelo valor faturado, ajustadas pela provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As estimativas são baseadas nas perdas incorridas nos últimos doze meses com suas duplicatas em atraso e com base na perda esperada. As premissas utilizadas pela Administração podem sofrer alterações devido a fatores externos, fora do possível controle da Empresa (Nota 5.1.2). Para minimizar o risco de crédito de contas a receber, a matrícula para o próximo semestre letivo é, via de regra, bloqueada para alunos que estejam inadimplentes com a Empresa.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

4.1 Moeda funcional e apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional de uma empresa é a moeda do principal ambiente econômico em que ela está inserida e deve ser a moeda que melhor reflete seus negócios e operações. Sendo assim, a administração concluiu que o Real (“R\$”) é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Empresa.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito

4.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor,.

4.2.2 Caixa restrito

Refere-se a saldos bancários cuja utilização está temporariamente restrita em decorrência de bloqueios por decisão judicial, contratos de empréstimos com instituições financeiras ou demais contratos.

4.3 Ativos financeiros

4.3.1 Classificação

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Empresa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros que são mensurados ao custo amortizado são ativos que são mantidos para fins de recebimento de fluxos de caixa contratuais, quando os fluxos de caixa representam apenas pagamentos de principal e juros. A receita de juros desses ativos financeiros é incluída em receita financeira utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos ou perdas no desreconhecimento do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados líquidos em Outras receitas (despesas). As perdas por impairment estão apresentadas em despesas administrativas e de vendas nas Demonstrações de resultado. Os ativos financeiros consistem em caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, empréstimos para partes relacionadas, mensalidades a receber e outros créditos.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos que são mantidos para fins de recebimento de fluxos de caixa contratuais e para venda, quando os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e juros. Variações nos valores contábeis são reconhecidas em outros resultados abrangentes, exceto o reconhecimento de ganhos ou perdas por redução ao valor recuperável, receita financeira e ganhos e perdas cambiais que são reconhecidas no resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas acumuladas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas), líquidas. A receita financeira desses ativos financeiros é incluída em receita financeira utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas cambiais são apresentados em Outras receitas (despesas), líquidas e perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas em despesas administrativas e comerciais na demonstração do resultado.

(iii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são aqueles que não atendem os critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas sobre um investimento em dívida que é subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em Outras receitas (despesas), líquidas no período em que ocorrerem.

Atualmente, a Empresa não possui ativos financeiros classificados como a valor justo por meio do resultado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

4.3.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Empresa tenha transferido substancialmente o controle da propriedade..

4.3.3 Impairment

A Empresa avalia, em bases históricas, as perdas esperadas de crédito associados aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para a conta de mensalidades a receber, a Empresa aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil quando do reconhecimento inicial dos recebíveis.

4.3.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

4.4 Mensalidades a receber

As contas a receber de mensalidades correspondem aos valores a receber de alunos pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para crédito de liquidação duvidosa.

A administração analisa e estima a provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber com base nas perdas incorridas nos últimos doze meses de seus títulos vencidos e com base na perda esperada, através da análise de relatório setorial do mercado de educação, elaborado por empresa independente. Em 2021, os títulos vencidos acima de um ano são provisionados considerando um percentual histórico de recebimento e os títulos vencidos acima de dois anos são baixados contra sua respectiva provisão. As premissas utilizadas pela administração podem sofrer alterações em função de fatores externos, fora do controle da Empresa (Nota 5.1.2).

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo de mensalidades a receber é apresentado líquido da provisão para crédito de liquidação duvidosa nas demonstrações financeiras.

4.5 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Empresa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

Os depósitos judiciais relacionados com processos cuja provisão esteja constituída, estão apresentados ao custo como dedução do correspondente passivo constituído, uma vez que não existe a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Empresa. Já os depósitos judiciais relacionados com processos não provisionados estão apresentados no ativo realizável a longo prazo.

4.6 Ativos de indenização

São despesas ou indenizações de responsabilidade dos antigos sócios da Empresa ou estão relacionadas com contrato de compra e venda. Os ativos de indenização apresentam um passivo relacionado.

4.7 Reembolsos a receber de antigos proprietários

Correspondem às despesas ou indenizações a receber dos antigos sócios referente às dívidas efetivamente pagas pela Empresa e com direito a reembolso dos vendedores. A administração avalia que tais valores são realizáveis.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição, os quais são apresentados líquidos da depreciação acumulada e das perdas pela desvalorização dos ativos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil estimada (anos)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	01 - 10
Direito de uso (ii)	01 - 17
Edificações	03 - 24
Instalações	08 - 10
Máquinas e equipamentos	03 - 16
Equipamentos de informática	02 - 05
Veículos	03 - 05
Móveis e utensílios	02 - 16
Biblioteca	01 - 15
Equipamentos de telecomunicação	02 - 09

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) As benfeitorias são depreciadas conforme vida útil estimada, limitada ao prazo vigente do contrato de aluguel;
- (ii) O direito de uso é amortizado conforme o prazo vigente do contrato de aluguel.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o seu valor contábil é maior do que o seu valor recuperável estimado, quando testado para *impairment* devido a um evento gerador. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício.

4.9 Ativos intangíveis

4.9.1 Programas de computador (*softwares*)

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados ao longo de sua vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis a projetos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Empresa, são reconhecidos como ativos intangíveis, inclusive os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*, e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

4.9.3 Ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios

a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da expectativa de rentabilidade futura sobre a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida e o excesso sobre o valor líquido na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos.

Pelo menos uma vez por ano, ao final de cada exercício, ou quando há indicação de *impairment* a FMU efetua o teste de *impairment* por ter ágio originado na aquisição de novos negócios, por rentabilidade futura, independentemente de haver indicadores ou não de deterioração.

b) Marcas

As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. A projeção indefinida no fluxo de caixa do ativo o classifica como ativo intangível não amortizado.

c) Carteira de alunos

As carteiras de alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As carteiras de alunos têm vida útil definida sendo contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada de acordo com o fluxo de caixa estimado no momento da aquisição.

4.9.4 Outros ativos intangíveis

Outros intangíveis inclui desenvolvimento de conteúdo que são os custos qualificados incorridos no desenvolvimento de materiais didáticos e conteúdos *on-line* que são capitalizados e são amortizados de forma linear pelo prazo de 3 a 4 anos.

4.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio*, não estão sujeitos à amortização, entretanto, são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso haja evidências de *impairment*, o *ágio* poderá ser testado num período menor que um ano.

Os ativos que não estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs).

Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre *ágio* não são revertidas.

4.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

4.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos, que são diretamente atribuíveis à aquisição de imobilizado, são capitalizados como parte do custo do ativo somente quando for provável que resultarão em benefícios econômicos futuros para a Empresa e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.13 Provisões

As provisões, incluindo aquelas para custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária), são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.13 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferida do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

4.13.1 Corrente

O encargo de imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

4.14.2 Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e todos os prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados. Probabilidade esta, baseada em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

4.14.3 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23)

A administração da Empresa, em conjunto com seus consultores legais internos e externos, conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Empresa à riscos materialmente prováveis de perda. A partir dessa análise, a administração concluiu que não há impactos adicionais decorrente da adoção do ICPC 22/IFRIC 23, uma vez que já possuía a prática de reconhecimento de provisões frente às incertezas no cálculo de tributos sobre o lucro.

4.15 Benefícios a empregados

4.15.1 Bônus e participação nos lucros

A Empresa concede bônus e participação nos lucros e resultados com base no alcance de metas estabelecidas em seu respectivo plano de ação acordado no exercício anterior, após certos ajustes.

A Empresa reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

4.16 Reconhecimento da receita

As receitas da Empresa consistem, principalmente, em receitas de ensino e serviços educacionais e outras receitas (que são imateriais e em geral, tendem a acompanhar as receitas das mensalidades). As receitas são reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços prometidos é transferido para os nossos clientes, em um valor que reflete a contraprestação que esperamos ter direito em troca desses bens ou serviços. Essa receita é reconhecida líquida de bolsas de estudos, descontos, cancelamentos e reembolsos.

Determinamos o reconhecimento da receita através do modelo de cinco etapas, a seguir:

1. Identificação do contrato com o cliente;
2. Identificação das obrigações de desempenho no contrato;
3. Determinação do preço da transação;
4. Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e
5. Reconhecimento da receita conforme cumprimento da obrigação de desempenho.

Uma obrigação de desempenho é uma promessa, em um contrato, de transferir um bem ou serviço para o cliente e, no caso da Empresa, o principal gatilho para a obrigação de desempenho está relacionada à efetivação da matrícula.

O preço de transação é alocado a cada obrigação de desempenho identificada no contrato com base no preço de venda individual de cada bem ou serviço do contrato e reconhecido como receita quando, ou conforme, a obrigação de desempenho é satisfeita.

O preço de transação da Empresa é determinado com base no preço bruto, líquido de bolsas de estudo e outros descontos condicionais e incondicionais, reembolsos e valor justo de quaisquer provisões feitas pela Empresa relacionadas a programas de financiamento estudantil.

A maior parte de nossa receita é derivada de acordos de ensino e serviços educacionais com alunos e, portanto, é reconhecida linearmente ao longo do semestre acadêmico. Outras receitas são reconhecidas conforme o bem ou serviço seja transferido ao cliente.

Os recebíveis são reconhecidos somente na medida em que seja provável que coletemos substancialmente toda a contraprestação a que temos direito em troca dos bens e serviços que serão transferidos para o estudante. Matrículas antecipadas e reembolsos a alunos são tratados como passivos contratuais.

Custos incrementais: Comissões pagas a nossos funcionários ou agentes de terceiros para a obtenção de um contrato com um novo cliente são considerados custos incrementais. Esses custos são reconhecidos no ativo, na rubrica “ativo de contrato” e amortizados durante o período esperado do benefício, se forem considerados recuperáveis. Os custos incrementais incorridos para obtenção de um contrato são reconhecidos como despesas caso o período de amortização do ativo, que teria sido reconhecido, for de um ano ou menos.

4.16.1 Prestação de serviços – atividade de ensino

A Empresa reconhece os efeitos de um contrato com um cliente somente quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- a) quando as partes aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- b) quando puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- c) quando puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- d) quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e
- e) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos serviços que serão transferidos ao cliente.

A receita é apresentada líquida dos impostos, abatimentos, cancelamentos, descontos e das bolsas concedidas.

Os recebimentos antecipados de mensalidades e matrículas de exercícios posteriores estão registrados na conta "Recebimentos antecipados" e são reconhecidos no resultado do exercício no qual os serviços forem prestados.

4.16.2 Outras receitas operacionais

Outras receitas são provenientes substancialmente da cobrança de taxas por serviços extra-acadêmicos, tais como: declarações, patrocínio, cessão de espaços, clínicas, aluguéis, entre outras. O reconhecimento dessas receitas ocorre pelo regime de caixa, devido a maioria destes serviços ocorrerem de forma esporádica e pontual e ocorrem de forma quase simultânea à sua competência.

4.16.3 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, exceto no caso de receita de juros sobre mensalidades atrasadas, no qual a receita de juros é reconhecida somente quando efetivamente recebida.

4.17 Arrendamentos

A Empresa aluga diversos imóveis para sua área administrativa e acadêmica. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Empresa aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Empresa considera:

- sempre que possível, utilizar como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Empresa, sem financiamento recente com terceiros; e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo ou garantia, por exemplo

A Empresa está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração, se aplicável.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Empresa estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

(i) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Empresa. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Empresa, e não pelo respectivo arrendador.

4.18 Distribuição de lucros

A distribuição de lucros é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras somente na data em que é aprovada em Reunião Geral Ordinária de Quotistas. A Empresa pode distribuir lucros de forma antecipada a qualquer tempo, em consonância com o seu contrato social, desde que não esteja impedida de fazê-lo por obrigações contratuais com instituições financeiras. A distribuição de lucros proposta e não aprovada dentro do exercício são alocados à conta “lucros acumulados”, no patrimônio líquido.

4.19 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

Reforma da IBOR - Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros". A Empresa não identificou impactos materiais em suas demonstrações financeiras em decorrência da adoção desta norma.

Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. A Empresa não identificou impactos materiais em suas demonstrações financeiras em decorrência da adoção desta norma.

4.20 Alterações de novas normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

A Empresa avaliou os possíveis efeitos em função da adoção desta norma e não identificou impactos materiais decorrentes de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

- **Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

A Empresa avaliou os possíveis efeitos em função da adoção desta norma e não identificou impactos materiais decorrentes de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Empresa avaliou os possíveis efeitos em função da adoção desta norma e não identificou impactos materiais decorrentes de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

- **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis**: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Empresa avaliou os possíveis efeitos em função da adoção desta norma e não identificou impactos materiais decorrentes de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

- **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro**: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Empresa avaliou os possíveis efeitos em função da adoção desta norma e não identificou impactos materiais decorrentes de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

5 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Fatores de risco financeiro

A gestão de risco da Empresa foi realizada pela tesouraria do Grupo Laureate até a data do Fechamento da Transação que ocorreu em 28 de maio de 2021. A partir de junho de 2021 a gestão de risco passou a ser feita pela tesouraria da FMU, que avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros. A administração estabelece princípios, alinhados à gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

5.1.1 Risco de mercado

a) Risco cambial

A Empresa não possui ativos e passivos significativos expostos ao risco cambial decorrente de moeda estrangeira com terceiros ou partes relacionadas.

Por esta razão, a Administração entende não ser necessária a apresentação de análise de sensibilidade nessas demonstrações financeiras

b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre, principalmente, de empréstimos em moeda nacional de curto e longo prazo indexados às taxas variáveis como os Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”) e expõem a Empresa ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. No caso dos parcelamentos de tributos, o risco está vinculado à variação de SELIC (pós fixada).

Por tratar-se de um contrato de empréstimo pontual e arrendamentos, a Empresa não apresenta contratos de proteção contra este tipo de risco, entretanto, monitora continuamente as taxas de juros do mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

5.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito era administrado no âmbito da controladora, Grupo Laureate até 28 de maio de 2021 e atualmente é gerido pela própria Empresa. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de alunos. A Empresa restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha.

Para mitigar o risco de crédito das contas a receber, a matrícula para o próximo semestre letivo é, via de regra, bloqueada para os alunos que estiverem inadimplentes com a Empresa.

Todos os contratos contemplados pelo programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (“FIES”), (i) até março de 2012 possuem 80% do risco coberto pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (“FGEDUC”), (ii) a partir de abril de 2012, possuem 90% de cobertura mediante o desconto de 5,63% do valor da mensalidade até dezembro de 2017 e a partir de janeiro de 2018, 13% de desconto no primeiro ano e entre 10% e 25% do segundo ao quinto ano, variável em função da evasão dos estudantes e do não pagamento da coparticipação ou de outros valores devidos pelo estudante financiado a título de Comissão de Concessão de Garantia (“CCG”). Esses descontos são deduzidos diretamente da receita.

Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Empresa estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- Mensalidades (contas a receber de clientes); e
- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do IFRS 9/CPC 48, a perda por *impairment* identificada nesses ativos foi imaterial.

Mensalidades a receber

A Empresa aplica a abordagem retrospectiva modificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as mensalidades são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito: (i) alunos ativos (ii) alunos inativos e graduados; (iii) alunos fies e (iv) nos dias de atraso.

As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de mensalidades durante um período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro e nas perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis. A administração acompanha o comportamento do mercado, caso avalie a necessidade, ajusta as taxas de perdas históricas com base nas mudanças esperadas nesses fatores.

As mensalidades são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Empresa ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 2 anos.

As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado incluem empréstimos a partes relacionadas e demais contas a receber. A provisão para perdas com outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, é reconhecida no resultado do exercício.

As perdas por *impairment* identificadas de outros ativos mensurados ao custo amortizado foram imateriais por terem baixo risco de inadimplência e/ou o seu emissor tem uma forte capacidade de cumprir suas obrigações de fluxo de caixa contratual no curto prazo.

5.1.3 Risco de liquidez

É o risco da Empresa não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas pela tesouraria da Empresa.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além disso, com objetivo de monitorar o cumprimento das cláusulas restritivas (*covenants*) assumidas com instituições financeiras, a administração monitora constantemente o nível do EBITDA (LAJIDA – Lucros Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) ao final de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa está em conformidade com todas as cláusulas restritivas (*covenants*) assumidas.

Maturidade de instrumentos financeiros passivos	Menor que 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Empréstimos e financiamentos	6.111	30.556	18.333	
Arrendamentos	49.272	64.696	76.013	32.730
Fornecedores	22.830			
Recebimentos antecipados	10.772			
	88.985	95.252	94.346	32.730
Em 31 de dezembro de 2020				
Empréstimos e financiamentos	21.854			
Arrendamentos	30.680	63.376	74.462	32.062
Fornecedores	25.245			
Recebimentos antecipados	10.606			
Partes relacionadas	26.576	21.735		
	114.961	85.111	74.462	32.062

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos seus quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Empresa, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os quotistas têm de aprovar, rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, arrendamentos participações societárias a pagar e parcelamentos fiscais (curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido e dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim sumarizados:

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	55.000	21.854
Arrendamentos	222.711	200.580
Parcelamentos fiscais	22.396	40.525
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(34.337)	(14.215)
Dívida líquida	265.770	248.744
Total do patrimônio líquido	722.942	822.523
Total do capital	988.712	1.071.267
Índice de alavancagem financeira	26,9%	23,2%

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.3 Estimativa do valor justo

A Empresa opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, mensalidades a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e partes relacionadas. Pressupõe-se que estes saldos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos.

6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	<u>Ativo ao custo amortizado</u>	<u>Passivo ao custo amortizado</u>	<u>Ativo ao custo amortizado</u>	<u>Passivo ao custo amortizado</u>
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	34.337		14.215	
Caixa restrito	88		1.115	
Mensalidades a receber	65.112		54.808	
Partes relacionadas			331	
Reembolso a receber de antigos proprietários	112.958		108.548	
Outros créditos	2.916		805	
Depósitos judiciais	1.359		1.974	
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos		(55.000)		(21.854)
Passivos de arrendamentos		(222.711)		(200.580)
Fornecedores		(22.830)		(25.245)
Recebimentos antecipados		(10.772)		(10.606)
Partes relacionadas				(48.311)
Parcelamentos		(22.396)		(40.525)
Outras contas a pagar		(55.144)		(5.401)
	<u>216.770</u>	<u>(388.853)</u>	<u>181.796</u>	<u>352.522</u>

6.1 Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A qualidade de crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de créditos (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes.

A qualidade de crédito de mensalidades a receber, não relacionadas a operações com partes relacionadas, pode ser assim representado:

Contraparte sem classificação externa de crédito	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Mensalidades a receber		
Alunos ativos	32.741	39.562
Alunos graduados	13.381	13.026
Alunos inativos	46.968	62.403
	<u>93.090</u>	<u>114.991</u>

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Alunos ativos** – mensalidades a receber de alunos atualmente matriculados, com menor risco de perda.
- **Alunos graduados** – mensalidades a receber de alunos que já estão formados, com médio risco de perda.
- **Alunos inativos** – mensalidade a receber de alunos que desistiram do curso, com alto risco de perda.

Parte substancial das negociações com alunos inativos e graduados são recebidas através de cartão de crédito (Nota 8).

A qualidade de crédito de caixa e equivalentes de caixa, conforme “Rating” atribuído pela agência de classificação de risco *Standard & Poor’s* (“S&P”) aos bancos nos quais a Empresa mantém as aplicações, pode ser assim representado:

Contraparte sem classificação externa de crédito	2021	2020
Depósitos bancários de curto prazo		
BB-	20.710	14.115
Aplicações financeiras		
BB-	13.627	100
	34.337	14.215

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Caixa e bancos	20.710	14.115
Aplicações financeiras	13.627	100
	34.337	14.215

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São efetuadas por períodos que variam entre um dia e três meses, com remuneração média de 0,6% a.a., dependendo das necessidades imediatas de caixa da Empresa, sendo o rendimento de juros reconhecido no resultado do exercício.

8 MENSALIDADES A RECEBER

	2021	2020
Ativo circulante		
Mensalidades a receber	93.090	114.991
FIES	2.514	5.703
Cartões de crédito	20.474	8.942
Financiamento estudantil próprio	7.809	174
Outras mensalidades	467	439
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8.2)	(59.242)	(75.441)
	65.112	54.808

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo Não Circulante

Financiamento estudantil próprio	13.763	
FIES	(8.871)	
	<u>4.892</u>	
	<u>70.004</u>	<u>54.808</u>

8.1.1 Novo FIES

Em 31 de outubro de 2017, foi aprovada a Medida Provisória - MP 785/2017 sancionada na Lei nº 13.530 de 07 de dezembro de 2017 a qual instituiu o Novo FIES, em vigor no primeiro semestre de 2018. O FIES tradicional continuará a vigorar para contratos antigos.

A nova Lei também criou o Fundo Garantidor (“FG-FIES”), que suportará o risco de crédito do Novo FIES e terá aportes da União e aportes das instituições de ensino nos seguintes percentuais para a Empresa: (i) 13% da receita de matrícula financiada pelo programa para o primeiro ano (2018); (ii) entre 10% e 25% no segundo ao quinto ano (variação relacionada à evasão e inadimplência dos alunos), para 2019 a Empresa teve 15,67%; e (iii) no mínimo, 10% para o sexto e sétimo ano.

O Novo Fies é composto de três faixas. A primeira modalidade corresponde ao financiamento ofertado diretamente pelo Governo ao estudante a juros zero e é reservada a estudantes com renda familiar per capita mensal de até três salários mínimos.

A segunda e a terceira modalidades estão destinadas aos estudantes com renda per capita mensal de até cinco salários mínimos, sendo que a segunda modalidade visa atender estudantes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e a terceira modalidade, visa atender estudantes de todo o Brasil. Em ambos os casos, a taxa de juros vai variar de acordo com a instituição financeira onde foi fechado o financiamento com apoio de recursos públicos.

As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas da provisão para a manutenção do fundo FGEDUC, responsável por garantir 90% do risco das mensalidades FIES.

8.2 Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 1º de janeiro	(75.441)	(75.736)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.821)	(21.983)
Baixa de contas a receber incobráveis	28.020	22.278
Saldo em 31 de dezembro	(59.242)	(75.441)

9 DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo circulante		
Licença de uso de <i>software</i>	62	540
Seguros a vencer	1.039	1.028
	<u>1.101</u>	<u>1.568</u>

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo circulante		
PERT (i)	1.987	25.264
Outros	<u>459</u>	<u>776</u>
	2.446	26.040
Ativo não circulante		
PERT (i)	<u>8.388</u>	<u>8.127</u>
	8.388	8.127

- (i) PERT refere-se ao programa especial de regularização tributária, para a liquidação de dívidas de impostos, instituído pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Em 31 de dezembro de 2020, parte substancial do valor (e, conseqüentemente, o aumento) se refere à ressarcimento pela União de pagamentos indevidos realizados pelo Grupo e que em 2020 foram formalmente considerados reembolsáveis pela Receita Federal do Brasil ("RFB") por valor superior ao reconhecido até 2019.

Em 2021 a FMU foi realizada a compensação de ofício de aproximadamente R\$23 milhões do saldo de PERT a restituir com débitos de parcelamentos em andamento.

11 ADIANTAMENTOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo circulante		
Adiantamentos a empregados	1.665	1.071
Adiantamentos a fornecedores (i)	<u>2.683</u>	<u>265</u>
	4.348	1.336

- (i) O aumento apresentado no exercício de 2021, deve-se aos adiantamentos realizados à Ânima em decorrência dos serviços prestados por seu Centro de Serviços Compartilhados à FMU, conforme previsto no contrato de compra e venda de quotas e outras avenças.

12 OUTROS CRÉDITOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo circulante		
FIES – Certificados disponíveis	2.916	660
Aluguéis a receber de sublocações	<u>145</u>	<u>145</u>
	2.916	805

13 TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Passivo circulante		
Programa de Integração Social (PIS) / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	104	84
Imposto Sobre Serviços (ISS)	611	753
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	98	231
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	171	148
Outros	<u>593</u>	<u>100</u>
	1.577	1.316

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 PARTES RELACIONADAS

A Empresa mantinha transações de partes relacionadas com a sua controladora, Grupo Laureate, até a data de 28 de maio de 2021. Tais transações compreendiam em 31 de dezembro de 2020:

- (i) Mútuos – Contratos de mútuo para suprir eventuais necessidades de repasse totalizando em 31 de dezembro de 2020 R\$ 23.682 sendo R\$ 1.947 no passivo circulante e R\$ 21.735 no passivo não circulante;
- (ii) Outros créditos e outras contas a pagar – Compreendem notas de débitos de despesas entre as empresas do Grupo Laureate, incluindo os custos de despesas administrativas do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) instalado na Anhembi Morumbi e receitas e/ou despesas de intercâmbio de alunos entre universidades do Grupo Laureate totalizando R\$ 24.629 no passivo circulante e R\$ 331 no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2020, conforme composição explicada no parágrafo anterior, o saldo total de partes relacionadas totalizava R\$ 48.310 e em 2021 a FMU quitou o valor de R\$ 36.104 sendo o saldo residual de R\$ 12.205 reclassificado para a “despesas reembolsáveis”, registrado na conta de “Outras contas a pagar” que serão pagos pela FMU ao Grupo Laureate no prazo de 12 meses contados da data de fechamento da transação realizada em 28 de maio de 2021.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15

IMOBILIZADO

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Maquinas e equipamentos	Equipamentos de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Biblioteca	Equipamentos de Telecomunicação	Imobilizado em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2020									
Custo	74.949	20.645	26.393	630	17.335	5.489	1.157	642	147.240
Depreciação acumulada	(29.354)	(14.637)	(23.838)	(402)	(12.033)	(3.924)	(1.044)		(85.232)
Saldo contábil, líquido	45.595	6.008	2.555	228	5.302	1.565	113	642	62.008
Em 01 de janeiro de 2020									
Saldo inicial	46.092	8.176	5.155	426	7.236	2.231	207	3.117	72.640
Adição	8.839	958	25		288			457	10.567
Baixa	(1.206)	(6)	(3)	(148)	(143)				(1.506)
Depreciação	(9.919)	(3.167)	(2.622)	(160)	(2.101)	(683)	(94)		(18.746)
Transferencia	2.736	47		110	22	17		(2.932)	
Impairment	(947)								(947)
Em 31 de dezembro de 2020	45.595	6.008	2.555	228	5.302	1.565	113	642	62.008

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Móveis e utensílios	Biblioteca	Equipamentos de telecomunicação	Imobilizado em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2021									
Custo	74.448	20.779	26.362	455	15.778	5.489	1.157	1.482	145.950
Depreciação acumulada	(39.925)	(16.882)	(24.308)	(376)	(12.611)	(4.582)	(1.117)		(99.801)
Saldo contábil, líquido	34.523	3.897	2.054	79	3.167	907	40	1.482	46.149
Em 1 de janeiro de 2021	45.595	6.008	2.555	228	5.302	1.565	113	642	62.008
Saldo Inicial									
Adição	215	718	512		7			10.702	12.154
Baixa	(626)	(28)	(218)	(59)	(343)				(1.274)
Depreciação	(10.945)	(2.877)	(1251)	(90)	(1799)	(658)	(73)		(17.693)
Transferência (i)	284	76	456					(9.862)	(9.046)
Em 31 de dezembro de 2021	34.523	3.897	2.054	79	3.167	907	40	1.482	46.149

(i) Transferência em sua maioria, para capitalização de desenvolvimento de disciplinas, registrado em intangível.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Direito de Uso

	2021			2020		
	Direito de uso - Edificações	Direito de uso - Maquinas e equipamentos	Total	Direito de uso - Edificações	Direito de uso - Maquinas e equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	251.068	2.171	253.239	243.401	2.703	246.104
Depreciação acumulada	(90.107)	(1.409)	(91.517)	(70.126)	(1.270)	(71.396)
Saldo contábil líquido	160.961	762	161.723	173.275	1.433	174.708
Em 1 de janeiro						
Saldo inicial	173.275	1.433	174.708	256.576	2.047	258.623
Adição				1.301	24	1.325
Baixa	(15.326)		(15.326)	(7.618)		(7.618)
Depreciação	(27.909)	(671)	(28.581)	(37.005)	(736)	(37.741)
Correção monetária	48.642		48.642	24.786	98	24.884
Impairment (i)	(17.721)		(17.721)	(64.058)		(64.058)
Outros				(707)		(707)
Em 31 de dezembro	160.961	762	161.723	173.275	1.433	174.708

- (i) O montante de R\$ 64.058, apresentado em 2020, se refere a baixa por impairment de direito de uso dos prédios 15, 35, 36 e 39, que foram devolvidos pela FMU antes do término da vigência contratual. A formalização da entrega de chaves e devolução dos imóveis são objeto de disputa judicial. Portanto, a baixa dos passivos de arrendamento relacionados a esses imóveis está condicionada ao desfecho da contenda, por meio de acordo entre as partes ou decisão judicial que ratifiquem a não obrigatoriedade do pagamento dos aluguéis pela FMU, dos meses subsequentes as notificações de devolução dos imóveis feitas em 2020.

Ao longo de 2021 a Administração registrou a atualização dos seus passivos de arrendamento e respectivos direitos de uso com base no índice de correção previstos em contrato (IGP-M em sua maioria) que totalizou R\$ 48.642. Além disso, o montante de R\$ 17.722 referente à atualização monetária ocorrida no passivo de arrendamento dos prédios, foram diretamente baixados como impairment, pois se referem ao direito de uso dos prédios 15, 35, 36 e 39, os quais são objeto de processo judicial que discute a entrega das chaves e a consequente devolução.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17

INTANGÍVEL

	Ágio na aquisição de controladas	Marcas e patentes	Desenvolvimento de disciplinas	Carteira de alunos	Software	Credenciamento	Intangível em desenvolvimento	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2020								
Custo	674.251	222.977		50.828	12.305	477	244	961.082
Amortização acumulada				(50.828)	(10.846)	(260)		(61.934)
Saldo contábil, líquido	674.251	222.977			1.459	217	244	899.148
Em 01 de janeiro de 2020								
Saldo Inicial	789.802	222.977			3.654	250	13.331	1.030.014
Adição					475	100	4.102	4.677
Amortização					(2.751)	(133)		(2.884)
Transferência					82		(82)	
Impairment (i)	(115.552)	-					(17.107)	(132.659)
Em 31 de dezembro de 2020	674.250	222.977			1.460	217	244	899.148
Em 31 de dezembro de 2021								
Custo	674.250	222.977	9.047	50.828	16.311	658	902	974.973
Amortização acumulada			(1.471)	(50.828)	(14.298)	(426)		(67.023)
Saldo contábil, líquido	674.250	222.977	7.576		2.013	232	902	907.950
Em 01 de janeiro de 2021								
Saldo Inicial	674.250	222.977			1.460	217	244	899.148
Adição			9.047		3.679	181	1.022	13.928
Amortização			(1.471)		(3.489)	(166)		(5.127)
Transferência					364		(364)	
Em 31 de dezembro de 2021	674.250	222.977	7.576		2.014	232	901	907.950

(i) Em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 17.107 se refere à baixa por impairment do projeto E2G, que tinha como objetivo a padronização global de processos e sistemas relacionados à gestão acadêmica e financeira da relação com alunos das instituições participante da rede Laureate, através da implantação de um software global. Após reavaliação da estratégia global com relação a essa iniciativa, a Administração concluiu pela descontinuidade do projeto e consequente baixa contábil do intangível.

O montante de R\$ 115.552 se refere à baixa por impairment de parte do ágio, que levou em consideração os seguintes fatores: (i) efeitos pandemia COVID-19 – redução em relação à projeção considerada no teste de perda de valor recuperável realizado no exercício anterior; (ii) revisão do cálculo da taxa de desconto decorrente da atualização da taxa livre de risco e da estrutura de capital, bem como dos custos da dívida externa incluindo os custos médios ponderados de capital. Para os saldos em 31/12/2021 a Administração contratou especialistas externos e para o teste de impairment desse exercício não foi reconhecido perda por redução ao valor recuperável. As premissas e resultados do teste estão divulgados na Nota 17.1.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.1. Premissas para o teste anual de impairment

Anualmente, para avaliar o valor recuperável de cada UGC, a Administração faz uma avaliação do valor recuperável através do seu valor em uso (através de fluxos de caixa descontados). A análise do fluxo de caixa descontado se baseia em dados históricos e estimativas internas, que são desenvolvidas como parte do processo de planejamento de longo prazo da FMU, e inclui uma estimativa do valor terminal com base nesses fluxos de caixa esperados, que deriva de uma avaliação usando uma premissa de renda perpétua com base nos fluxos de caixa residuais de cada unidade. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração contratou especialistas externos para elaborar o modelo de avaliação se utilizando de premissas internas e ponderação com premissas externas de mercado para concluir pelo intervalo de valor justo da UGC.

A taxa de desconto é baseada na metodologia de Custo Médio Ponderado de Capital geralmente aceita, e é obtida usando um custo de capital com base no Modelo de Precificação de Bens de Capital geralmente aceito e um custo de dívida baseado na taxa típica paga pelos participantes do mercado.

As principais premissas usadas na estimativa do valor recuperável de cada unidade incluem: (1) as taxas de crescimento da receita e lucratividade e (2) a taxa de desconto.

A administração utilizou a projeção desenvolvida considerando fluxos anuais para um horizonte de 5 anos trazidos a valor presente na data base de 30 de setembro de 2021.

As taxas de crescimento não excedem a taxa de crescimento média de longo prazo do setor de educação superior no qual a FMU atua.

17.12 Teste anual de impairment realizado em 31 de dezembro de 2021

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração procedeu com o teste anual de valor recuperável da UGC, considerando o seu desempenho atual, juntamente com suas projeções de fluxo de caixa e outros indicadores de perda de valor recuperável.

A Administração não identificou necessidade de *impairment* para o ágio da FMU no teste anual realizado em 31 de dezembro de 2021.

Para a FMU, as premissas-chave, a taxa de crescimento de longo prazo e a taxa de desconto utilizadas nos cálculos do valor justo menos custos de vendas da UGC assim como o valor recuperável da UGC, estão representados a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional líquida (% médio de crescimento anual)	6,0 – 6,4	4,0 – 5,3
Margem bruta (% de receita)	11,0 a 26,6	18,3 a 24,7
Taxa de crescimento da receita líquida ao término do período	3,5%	3,5%
Dispêndio médio anual para aquisição de imobilizado (“Capex”)	R\$ 12.154	R\$10.567
Taxa de desconto - %	12,89	12,53
Valor justo líquido de despesa de alienação	R\$ 964.424	R\$ 933.172
Valor contábil da UGC	R\$ 707.254	R\$ 821.288
Excedente / (impairment) ao valor recuperável da UGC	R\$ 257.170	R\$ 111.884

A receita operacional líquida tem como base a média anual da taxa de crescimento no período previsto de cinco anos para o volume de vendas e respectivo preço médio, os quais se baseiam no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado e nas atuais tendências do setor, incluindo as previsões de inflação para o longo prazo e crescimento do ensino a distância.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto de cinco anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para os principais custos do negócio.

A administração estimou os custos variáveis considerando o contexto intermediário entre 2019 e 2020 em função da tendência de diminuição do corpo docente em decorrência da maior digitalização da operação.

Em relação aos custos fixos houve uma redução considerando que a UGC passou por transformações a partir de 2020 e, com isso, normalizou os custos fixos dos últimos doze meses buscando refletir os impactos dessas transformações.

O dispêndio anual para aquisição de imobilizado diz respeito a desembolsos de caixa esperados para melhoria das instalações e reposições de itens de tecnologia. A Administração considerou nas projeções os investimentos necessários para a operação plena, inclusive para o aumento da participação do EAD nas receitas da UGC.

17.1.3 Análise de sensibilidade

Realizamos um teste de sensibilidade considerando as probabilidades de concretização de alguns cenários de estresse além do cenário da Administração divulgado acima. Foram consideradas duas potenciais distribuições entre cenários:

- Probabilidade igual para cada cenário – 33%;
- Probabilidade de 50% para o cenário realista e 25% para os cenários de estresse 1 e 2;

No primeiro cenário o valor justo identificado na UGC foi de R\$ 967.337, acima do valor contábil da UGC.

No segundo cenário, o valor justo identificado na UGC foi de R\$ 966.609, também acima do valor contábil da UGC.

Na determinação dos cenários de estresse 1 e 2, foram utilizadas variações nas vendas líquidas, correções com índices oficiais projetados e variações na margem EBITDA em função de dados comparáveis de mercado, considerando as empresas concorrentes.

Adicionalmente, abaixo demonstramos os resultados da análise de cenários de estresse 1 e 2, e com ponderação de múltiplos de mercado, para fins de teste de sensibilidade:

	Cenário pessimista	Cenário otimista	Cenário realista
Valor justo da UGC	702.286	1.235.301	964.424
Valor contábil da UGC	707.254	707.254	707.254
Excedente / (impairment) ao valor recuperável da UGC	(4.968)	528.047	257.170

Conforme quadro acima, apenas o cenário de estresse 1, que considera ajustes nos fluxos de caixa em cenário considerado pessimista, o ágio da FMU estaria sujeito a baixa por impairment no valor de R\$ 4.968.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

18.1 Composição

Circulante				
Modalidade	Finalidade	Taxa anual de juros	2021	2020
Empréstimos	Capital de giro	100% CDI + 3,70% a.a.		22.286
Empréstimos	Capital de giro	100% CDI + 2.62% a.a.	6.111	
Custo financeiro diferido	Capital de giro			(432)
			6.111	21.854
Não circulante				
Moeda nacional	Finalidade	Taxa anual de juros	2021	2020
Empréstimos	Capital de giro	100% CDI + 2.62% a.a.	48.889	
			48.889	
			55.000	21.854

18.2 Movimentação

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	21.854	66.612
Captações de empréstimos	55.000	8.000
Amortização dos custos dos empréstimos	432	1.726
Juros apropriados	101	3.457
Juros pagos	(360)	(4.389)
Pagamento de principal	(22.027)	(53.552)
Saldo em 31 de dezembro	55.000	21.854

18.3 Endividamento

Período	2021	2020
2021	6.111	21.854
2022	6.111	
2023	12.222	
2024	12.222	
2025	12.222	
2026	6.112	
	55.000	21.854

18.3 Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

O contrato de empréstimo, com Banco Itaú S.A. possui cláusula que estabelece que o Devedor deve cumprir os índices abaixo que serão apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas do Devedor:

- Dívida líquida (considerando parcelamento fiscal (Somente dívidas relacionadas ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) e ao Programa De Parcelamento Incentivado (PPI) + Sellers) / EBITDA (sem considerar o arrendamento dentro do EBITDA) $\leq 2,5x$

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) EBITDA (sem considerar o arrendamento dentro do EBITDA) / Despesa financeira >= 3,0x.

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa cumpriu todas as cláusulas restritivas (*covenants*) determinadas no contrato.

19 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Os prazos dos contratos são variados, podendo ser renovados automaticamente por manifestação unilateral do locatário ao final do período, com pagamentos mensais e fixos sendo atualizados anualmente pelos índices Índice Nacional de Custo da Construção (“INCC”) ou IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

19.1 Composição

Circulante		Taxa anual		
Modalidade	Finalidade	de juros	2021	2020
Arrendamentos	Aluguéis e aquisição de imobilizado	10% à 12,81% a.a.	49.272	30.680
			49.272	30.680
Não circulante		Taxa anual		
Modalidade	Finalidade	de juros	2021	2020
Arrendamentos	Aluguéis e aquisição de imobilizado	10% à 12,81% a.a.	173.439	169.900
			173.439	169.900
			222.711	200.580

Os montantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2021	2020
Circulante	49.272	30.680
Não Circulante		
Até 1 ano	30.616	16.245
De 2 à 5 anos	142.823	111.896
Mais de 5 anos	-	41.759
	173.439	169.900

19.2 Movimentação

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	200.580	197.962
Adições novos arrendamentos	-	1.326
Juros apropriados	23.292	24.285
Juros pagos	(23.292)	(23.022)
Benefício variável COVID-19	-	(1.263)
Amortização leasing/pagamento	(25.251)	(19.926)
Remensuração	48.642	29.353
Outras movimentações (baixa)	(1.260)	(8.135)
Saldo em 31 de dezembro	222.711	200.580

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários a pagar	4	-
Provisão de férias e encargos	5.487	5.675
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	4.428	4.069
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	684	2.349
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salários	1.045	849
Participação nos lucros e bônus	2.820	803
Provisão para dissídio	554	3.839
Outros	573	2.106
	<u>15.595</u>	<u>19.690</u>

21 RECEBIMENTOS ANTECIPADOS

A rubrica de recebimentos antecipados compreende: (i) as matrículas e mensalidades do exercício seguinte, recebidas antecipadamente ao fim dos exercícios de 2021, que serão reconhecidas no resultado de acordo com o regime contábil de competência; (ii) reembolsos diversos a alunos; e (iii) saldo de receitas diferidas de graduação e/ou pós-graduação ainda não reconhecida no resultado.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Mensalidades antecipadas	5.825	5.810
Outras receitas diferidas		27
Reembolso a alunos	4.947	4.769
	<u>10.772</u>	<u>10.606</u>

22 PARCELAMENTOS FISCAIS

22.1 Composição

	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
PERT (i)	2.553	1.142	2.657	21.481
IPTU (ii)	3.332	15.369	3.404	6.190
Outros			3.845	2.948
	<u>5.885</u>	<u>16.511</u>	<u>9.906</u>	<u>30.619</u>

(i) Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”)

Em agosto de 2017, a Empresa aderiu ao PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017 e convertida na Lei nº 13.496/2017, migrando para o PERT, principalmente, os débitos ordinários previdenciários anteriormente incluídos no “REFIS4”, visando a utilização dos benefícios fiscais incluídos nesse novo programa, além de outros débitos.

As modalidades de pagamento do total dos débitos incluídos no PERT foram selecionadas pela “FMU” conforme a seguir:

- “Outros débitos” e “Débitos Previdenciários”: (i) 20% à vista em 5 parcelas vincendas entre agosto a dezembro de 2017; e (ii) 80% em parcela única quitada com a utilização de Prejuízo Fiscal próprio, sem benefício de desconto de juros e multas.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- “Débitos Inscritos na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”): não sendo permitida a utilização de Prejuízos Fiscais, a modalidade de parcelamento escolhida foi de 120 parcelas com redução de 50% nas multas, 80% nos juros e de 100% nos encargos legais.

No decorrer do ano de 2018 todas as modalidades acima foram consolidadas, restando apenas o parcelamento que temos referente à PGFN.

Em outubro de 2021 a Empresa aderiu ao PPI – Programa de Parcelamento Incentivado. O valor total dos débitos incluídos no parcelamento foi de 14 milhões e a modalidade de pagamento escolhida pela FMU resultou em em benefício de redução de 50% da multa e 60% dos juros moratórios, sendo o valor final da adesão considerando os benefícios de 12.306 milhões conforme Nota 22.2.

(ii) Imposto Predial Territorial Urbano (“IPTU”)

O parcelamento dos valores de IPTU não recolhidos é referente aos anos de 2011 à 2015 e está constituído em até 120 parcelas mensais, restando, em 31 de dezembro de 2020, 49 parcelas a serem pagas. O saldo a pagar do parcelamento é corrigido mensalmente pela variação da taxa SELIC.

22.2 Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2019	46.955
Juros sobre parcelamentos	4.506
Pagamento de principal	(10.083)
Outros	853
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.525
Adesão a parcelamentos	12.306
Juros sobre parcelamentos	1.019
Pagamento de principal	(7.565)
Compensação de Ofício	(23.715)
Outros	(174)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	22.396

23 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

23.1 Contingências, líquidas dos correspondentes depósitos judiciais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Não circulante (*)		
Contingências tributárias	142.344	152.568
Contingências trabalhistas	6.665	8.323
Contingências cíveis	<u>16.094</u>	<u>16.769</u>
	165.103	177.660
(-) Depósitos judiciais	<u>(2.879)</u>	<u>(3.031)</u>
	162.224	174.629

(*) Existem ativos de indenização com antigos acionistas para certas contingências anteriores as datas de combinações de negócio (Nota 23.4), no valor de R\$ 158.245 em 2021 e R\$170.430 em 2020.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.2 Movimentação

	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	152.568	7.198	14.863	174.629
Adição / provisão	334	2.212	3.955	6.501
Reversão (i)	(6.535)	(1.055)	(3.321)	(10.911)
Baixa por pagamento/acordo/depósitos		(3.077)	(3.636)	(6.713)
Atualização	(4.023)	262	2.326	(1.435)
	142.344	5.540	14.187	162.072
(-) Depósitos judiciais		(617)	770	152
Saldo em 31 de dezembro de 2021	142.344	4.923	14.957	162.224
	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2020	132.740	9.462	11.786	153.988
Adição / provisão	29.922	1.337	7.606	38.865
Reversão (i)	(35.480)		(21)	(35.501)
Baixa por pagamento/acordo/depósitos		(2.476)	(2.766)	(5.242)
Atualização	25.386		164	25.550
	152.568	8.323	16.769	177.660
(-) Depósitos judiciais		(1.125)	(1.906)	(3.031)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	152.568	7.198	14.863	174.629

- (i) A reversão das contingências tributárias deve-se, principalmente, pela decadência e recálculos/remensuração das contingências municipais relacionadas com tributos sobre receitas.

23.3 Natureza das provisões

A Empresa é parte envolvida em processos judiciais e está exposta a riscos de contingências nas áreas tributária, trabalhista e cível. Os processos judiciais em andamento estão sendo discutidos tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos e riscos de contingências são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

- a) **Contingências tributárias** – Refere-se, principalmente, às contingências tributárias federais e municipais relacionadas com tributos sobre receita e operações financeiras, no montante de R\$ 142.344.
- b) **Contingências trabalhistas** – As contingências trabalhistas compreendem questionamentos de ex-empregados vinculados às disputas sobre montantes de compensação pagos pela Empresa. Caso tornem-se efetivamente devidas, e caso sejam referentes ao período anterior a aquisição, serão contratualmente indenizadas pelos vendedores.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- c) **Contingências cíveis** – As contingências cíveis estão relacionadas a ações judiciais movidas contra a Empresa relativas, em sua maioria, a pedidos de indenização por danos materiais e morais, cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

23.4 Ativos de indenização

Nos contratos de aquisição da empresa FMU pelo Grupo Laureate, os vendedores concordaram, contratualmente, em indenizar a Empresa por valores que eventualmente possam vir a ser pagos em relação a passivos que permanecem sob a responsabilidade dos vendedores.

A composição dos passivos provisionados na rubrica “Provisão para contingências” e os respectivos ativos de indenização registrados no ativo não circulante estão demonstradas a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Passivo de contingências	158.243	170.430
(-) Ativos de indenização	<u>(164.936)</u>	<u>(177.123)</u>
	<u>(6.693)</u>	<u>(6.693)</u>

O saldo residual de R\$ 6.693 refere-se a parcelamentos fiscais indenizáveis registrados no período da aquisição da FMU.

Parte significativa dos ativos de indenização tiveram origem na aquisição da FMU e serão reembolsados pelos vendedores se, e quando, as contingências se tornarem devidas. Na hipótese de não serem reembolsados os valores serão deduzidos dos valores de aluguel de imóveis que forem devidos aos vendedores ou mensalidades a receber anteriores à data de 12 de setembro de 2014, data de aquisição da FMU.

23.5 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Empresa tem ações de natureza cível, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação consultores jurídicos externos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Contingências	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tributárias	4.261	22.829
Trabalhistas	8.879	23.197
Cíveis	<u>32.913</u>	<u>6.691</u>
	<u>46.053</u>	<u>52.517</u>

23.6 Reembolso a receber de antigos proprietários

O montante de R\$ 112.958 (2020 – R\$ 108.548) no ativo circulante e não circulante se refere substancialmente a gastos incorridos pela Empresa, que são contratualmente reembolsáveis pelos vendedores, com a finalidade de colocar os *Campi* (edificações) operando de acordo com todos os códigos e requerimentos regulatórios aplicáveis, bem como, outros recebíveis relacionados a ativos indenizáveis realizados.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante registrado no ativo em 31 dezembro de 2021, relacionado a esses gastos da Empresa, está em discussão em processo de arbitragem e a Administração considera que esses montantes são realizáveis.

24 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

24.1 Imposto de renda e contribuição social a recuperar - corrente

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo circulante		
Imposto de renda	1.623	1.294
Contribuição social	<u>365</u>	<u>345</u>
	<u>1.988</u>	<u>1.639</u>

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Amortização do Ágio</u>	<u>Provisão para crédito de liquidação duvidosa</u>	<u>Diferenças Temporárias</u>	<u>Arrendament o mercantil</u>	<u>Prejuízos fiscais</u>	<u>Valuation Allowance (Provisão para não recuperabilidade dos ativos)</u>	<u>Total</u>
Imposto diferido							
Em 1º de janeiro de 2020	(113.962)	4.076	(79.600)	(22.673)	95.722		(116.436)
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	(44.649)	(2.329)	59.585	4.721	134.363	(199.754)	(48.064)
Em 31 de dezembro 2020	(158.611)	1.747	(20.015)	(17.952)	230.085	(199.754)	(164.500)
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	4.322	5.307	31.664	53.370	18.839	(179.776)	(66.274)
Em 31 de dezembro 2021	(154.289)	7.054	11.649	35.418	248.924	(379.530)	(230.774)
Ativo		7.054	11.649	35.418	248.924	(379.530)	(76.485)
Passivo	(154.289)						(154.289)
Ativo (passivo), líquido	(154.289)	7.054	11.649	35.418	248.924	(379.530)	(230.774)

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.3 Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(14.807)	(232.163)
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota da legislação	5.034	78.935
Diferenças permanentes		
Reversão contingências período imune		(941)
Outras diferenças permanentes	(10)	89
	(10)	(852)
Ajustes fiscais		
Créditos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL	25.775	
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(11.882)	(199.754)
Provisão para perda de créditos tributários sem expectativa de realização	(85.191)	150
Recuperação de exercícios anteriores		73.457
	(71.298)	(126.147)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(66.274)	(48.064)
IRPJ e CSLL diferidos	(66.274)	(48.064)
Alíquota efetiva do IRPJ e CSLL correntes	448%	21%

24.4 Incentivos fiscais - PROUNI

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criado em 2004 por meio da MP nº 213/2004 e Lei nº 11.096/2005. O objetivo desse programa é oferecer bolsas de estudos a estudantes de cursos de graduação e cursos específicos em instituições privadas de educação superior.

Segundo o artigo 8º da Lei nº 11.096/2005, a instituição que aderir ao PROUNI ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de participação:

- (i) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;
- (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
- (iii) Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social; e
- (iv) Contribuição para o Programa de Integração Social.

A isenção recairá sobre o lucro em relação ao IRPJ e à CSLL, e sobre a receita auferida quanto ao PIS e à COFINS.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O IRPJ e CSLL foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, especificamente aplicável ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração das atividades isentas.

As seguintes condições mencionadas foram atendidas para que as subvenções pudessem ser reconhecidas contabilmente:

- Aderir ao PROUNI mediante assinatura do Termo de Adesão;
- Oferecer vagas conforme o número de bolsas estabelecidos pelo Termo de Adesão;
- Preencher as bolsas oferecidas conforme a política de restrição e seleção estabelecidas pela regulamentação do PROUNI.

Em junho de 2011, a Medida Provisória nº 517/10, convertida na Lei nº 12.431/11, acrescentou novo dispositivo a Lei nº 11.096/05 que regulamenta o PROUNI.

Segundo o novo parágrafo, incluído no artigo 8º da Lei do PROUNI, que trata das isenções tributárias as quais as entidades que aderiram ao programa estão sujeitas, o referido benefício será calculado na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas pela instituição.

De acordo com o texto legal, o novo parágrafo passou a produzir efeitos a partir da data de publicação Lei nº 12.431/11, no caso, 24 de junho de 2011.

Vale ressaltar que não houve, até o encerramento do ano de 2021, qualquer regulamentação acerca da forma de avaliação do cumprimento da referida exigência legal, bem como dos seus efeitos tributários.

A Empresa elaborou cálculos no intuito de comprovar a adequação das instituições ao requisito legal sendo consenso da administração da Empresa o direito a utilização de 100% do benefício em relação ao ano-calendário 2021.

25 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Empresa é de R\$1.555.970.271 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e cinco milhões, novecentos e setenta mil e duzentos e setenta e um), dividido em R\$ 1.555.970.271 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

	2021		2020	
	Quotas	%	Quotas	%
Quotistas				
Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda.			1.468.835.380	99,99%
ISCP			2	0,01%
Camp Nou Fundo de Investimento em Participações	1.555.970.271			
Multiestratégia		100%		
	1.555.970.271	100%	1.468.835.382	100%

25.2 Ajuste de avaliação patrimonial

Em conexão com o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, celebrado entre a controladora Camp Nou Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia e a VC Network Educação S.A. (subsidiária da Ânima Holding S.A.), a FMU deveria restituir os valores de AFAC registrados no período de 31 de março de 2020 até 28 de maio de 2021, no valor total de R\$87.090.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Do montante mencionado acima, R\$41.000 já havia sido integralizado ao capital social e R\$46.090 foram reclassificados da conta de AFAC para “Outras contas a pagar”.

Em 30 de novembro de 2021, a Empresa liquidou o montante de R\$44.941 através da captação de empréstimo junto a uma instituição financeira. O valor residual de R\$42.149, conforme previsto no termo de fechamento, será devido à Rede Ânima, se (e somente se), em decorrência de uma sentença arbitral, definitiva e vinculante, a FMU efetivamente receber, recursos em dinheiro ou através de compensação de valores devidos pela FMU às contrapartes. O montante estimado pelas partes a ser recebido em decorrência do referido procedimento arbitral está divulgado na Nota 23.6.

Conforme avaliado pelos assessores jurídicos, os montantes a serem recebidos se referem a direitos contratuais, que possuem inclusive garantias para o seu recebimento (vide nota 23.6), e as discussões atualmente se referem a eventuais ajustes dos valores envolvidos. Os valores contabilizados se referem a melhor estimativa da administração dos montantes a serem ressarcidos com base nas discussões e análises mantidas entre as partes até o momento. Nesse cenário, o valor a ser repassado para os vendedores, como ressarcimento dos aumentos de capital realizados conforme indicado no parágrafo anterior, é considerado de provável desembolso e está registrado em ajuste de avaliação patrimonial em contrapartida ao passivo de “Outras contas a pagar”.

25.3 Adiantamentos para futuro aumento de capital

No período de fevereiro a maio de 2021 a FMU recebeu o montante de R\$ 68.590 como AFAC de sua controladora à época (Grupo Laureate), sendo R\$ 46.090 reclassificados para a o passivo, na rubrica de “Outras contas a pagar”, conforme mencionado na Nota 25.2 acima e R\$22.500 posteriormente integralizados ao capital social.

26 RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Vendas brutas de serviços (i)	780.532	773.254
Impostos sobre vendas	(9.160)	(10.142)
Descontos e abatimentos	(81.918)	(111.123)
Bolsas de estudo graduação e pós graduação	(338.868)	(282.235)
Receita líquida	<u>350.586</u>	<u>369.754</u>

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários e encargos sociais	(121.939)	(125.182)
Aluguel e condomínio	(12.431)	(17.215)
Manutenção e reparo	(5.559)	(6.722)
Serviços prestados por terceiros	(46.961)	(70.414)
Publicidade e propaganda	(28.660)	(29.788)
Depreciação	(17.773)	(19.314)
Amortização	(5.089)	(2.887)
Amortização direito de uso	(28.579)	(37.469)
Amortização de ativo de contrato	(1.259)	(1.058)
Contas de consumo (i)	(16.237)	(12.968)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.821)	(21.983)
Provisão (reversão) para contingências	5.885	4.318
Constituição (reversão) ativos de indenização	(13.537)	17.030
Perda com ativo imobilizado	(919)	(486)
Perda por <i>impairment</i>	(17.722)	(205.433)
Outras despesas	(11.930)	(15.714)
	<u>(334.531)</u>	<u>(545.285)</u>
Custos dos serviços prestados	(110.326)	(141.903)
Despesas administrativas	(207.376)	(190.133)
Perda por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(18.349)	(205.433)
Outras despesas, líquidas	1.520	(7.816)
	<u>(334.531)</u>	<u>(545.285)</u>

- (i) Contas de consumo sendo as naturezas de (i) energia elétrica, água e telefone R\$ 5.199, (ii) materiais de consumo R\$ 2.482, (iii) utilidade, limpeza e segurança R\$ 298 e (iv) licença de software R\$ 8.256.

28 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos s/ mútuos c/ partes relacionadas	(417)	(1.260)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(101)	(3.457)
Juros passivos		(634)
Juros sobre parcelamento	(1.771)	(4.122)
Despesas com IOF	(1.380)	(49)
Comissões bancárias	(2.225)	(2.524)
Encargos financeiros com arrendamentos	(23.365)	(23.022)
Reversão de atualização sobre contingências	(449)	(23.966)
Amortização de custo de empréstimos	(432)	(1.726)
Outras despesas	(3.495)	(3.876)
	<u>(33.634)</u>	<u>(64.636)</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre mensalidade	2.006	894
Outras receitas financeiras	766	7.110
	<u>2.772</u>	<u>8.004</u>
	<u>(30.862)</u>	<u>(56.632)</u>

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

29.1 Pagamento de despesas reembolsáveis

Em 20 de maio de 2022, o valor registrado em Outras contas a pagar, no montante de R\$ 12.205 foi quitado junto ao Grupo Laureate.

* * *